



EMENDA MODIFICATIVA Nº (Medida Provisória nº 922, de 2020)

Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, e a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

A Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.....

§ 1º.....

.....

VI – Situações de combate ao crime organizado e redução da violência nas rodovias federais e áreas de interesse da União.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MPV 922 pretende com esta proposta contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

O artigo Art. 3º da Lei nº 8.745/1993 (com redação dada pela Medida Provisória nº 922, de 2020) prevê como regra o recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos do disposto





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

nesta Lei será feito por meio de processo seletivo simplificado, na forma estabelecida em edital. Já o seu parágrafo 1º elenca os casos em que o processo seletivo da contratação será dispensado.

A hipótese ora demandada pela Polícia Rodoviária Federal será atendida por servidores públicos enquadrados no artigo 3º-A, desta mesma lei, ou seja, atendida por meio da contratação, por tempo determinado, de aposentado pelo regime próprio de previdência social da União.

Sendo assim, é necessário a inclusão do inciso VI no § 1º do art. 3º (Situações de combate ao crime organizado e redução da violência nas rodovias federais e áreas de interesse da União).

Sala da Comissão,

Deputado JOSÉ MEDEIROS

Documento eletrônico assinado por José Medeiros (PODE/MT), através do ponto SDR_56404, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20) **(Do Sr. José Medeiros)**

Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, e a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Assinaram eletronicamente o documento CD202358242900, nesta ordem:

- 1 Dep. José Medeiros (PODE/MT)
- 2 Dep. Hugo Leal (PSD/RJ) - LÍDER do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE